



# 8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

## SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO: ENFRENTAMENTOS COTIDIANOS EM UMA ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM DO MUNICÍPIO DE JABOTICABAL

### Área Temática: Engenharia e Empreendimentos Sociais e Solidários

Leonardo Formigon de Amorim<sup>1</sup>, Ana Paula Leivar Brancaloni<sup>2</sup>, Ana Claudia Giannini Borges<sup>3</sup>, Nayana Pizza Cravero Castellani<sup>4</sup>

*1 Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal – UNESP – SP –  
leonardofamorim@hotmail.com*

*2 Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal – UNESP – SP – anapaula1977@hotmail.com*

*3 Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal – UNESP – SP – acgiannini@uol.com.br*

*4 Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal – UNESP – SP – nanacravero@hotmail.com*

### Resumo

A Economia Solidária (ES) vem despontando enquanto forma alternativa para geração de trabalho e renda, frente ao aumento do desemprego resultante das transformações na organização da produção que se acentuam, no país, especialmente a partir dos anos 90. Contudo, ainda que a ES tenha por pressuposto a valorização do ser humano acima do capital, um dos problemas freqüentemente enfrentados, nos empreendimentos dessa natureza, é a garantia da saúde e segurança dos trabalhadores. Este trabalho objetiva analisar de que forma a questão da saúde e segurança no trabalho são tratadas no cotidiano de uma associação de separação e comercialização de reciclados do Município de Jaboticabal. Para tanto, utilizou-se uma abordagem qualitativa, dentro dos pressupostos da pesquisa-ação. Os dados foram coletados ao longo de um ano e sistematicamente registrados em diário de campo. Constatou-se o não reconhecimento, por parte do grupo, de boa parte dos perigos que envolvem o desempenho do trabalho, que faz com que não tomem as devidas precauções como, por exemplo, o uso correto de EPIs. Outra observação é o fato de não compreenderem o uso do álcool como um problema. Este funciona como “facilitador” para o desempenho de um trabalho penoso, ainda que não seja dessa forma reconhecido.

*Palavras-chave: Economia Solidária; Saúde do trabalhador; Grupos de autogestão*

### 1 Introdução

Há várias décadas reconhece-se a importância de se pautar a discussão da saúde e segurança dos trabalhadores. Um marco significativo é a 1ª Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores (ocorrida há mais de 20 anos), na qual se estabeleceu uma Política Nacional de Saúde do Trabalhador, que visa à redução dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, mediante a execução de ações de promoção, reabilitação e vigilância na área de saúde (Portaria nº 1.125 de 6 de julho de 2005). Desde, então, a preocupação com a questão adentra de forma mais relevante o universo organizacional. Contudo, não se trata de algo visto que, em muitos contextos, os trabalhadores estão expostos a perigos e condições precárias de trabalho.



# 8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

No que se refere aos índices de acidentes de trabalho fatais, constata-se uma maior prevalência na classe de operários, quando comparada aos profissionais liberais (WOODING, J. LEVENSTEIN, 1999). Este fato aponta para uma discussão mais preocupante. Os acidentes e doenças do trabalho atingem com maior proporção as classes de menor renda, revelando-se como um indicador de desigualdade social. Assim sendo, devem ser levados em consideração pelo Poder Público, que precisa contribuir para o aumento da segurança destes indivíduos menos afortunados que, por falta de melhores opções, se expõem ao realizarem trabalhos mais arriscados e nem sempre tem a disposição as ferramentas e equipamentos ideais para garantir a sua segurança. Isto é, existe uma demanda de intervenção do Estado, promovendo ações mediadoras e reguladoras a fim de assessorar e constituir meios de proteção a essa classe mais vulnerável social e economicamente.

Órgãos especializados como o Ministério do Trabalho, da Previdência Social e da Saúde vêm trabalhando há alguns anos, na formulação de Políticas Nacionais para a garantia de condições de trabalho melhores e mais seguras. Essas políticas são financiadas por meio de recursos da União, com o adicional de tarifas específicas, e visam ações ministradas diretamente pelos órgãos responsáveis. Além destas políticas de ação, há também Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho, que são de observância obrigatória de empresas, privadas ou públicas, bem como de todos os órgãos que caracterizem relação empregatícia regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (NR1-1.1.).

Contudo, essas conquistas, no que se refere à Legislação e garantia de direitos, se aplicam àqueles trabalhadores inseridos no mercado formal. Por outro lado, esta categoria de trabalhador está cada vez mais reduzida, frente às transformações na organização e gestão do trabalho, que se processam no Brasil especialmente a partir da década de 90, sob os auspícios do ideário neoliberal. Em detrimento dos empregos formais, assiste-se um crescimento dos trabalhos informais e da busca por formas alternativas de geração de trabalho e renda (ANTUNES, 1996). Ressalta-se, ainda, que a condição de exclusão do emprego formal se acentua ainda mais quando se trata de grupos já socialmente vulneráveis.

Frente a este quadro, a Economia Solidária vem se constituindo enquanto uma possível alternativa de geração de trabalho e renda. Pauta-se nos princípios da autogestão, valorização do ser humano para além do capital e relações socialmente justas (ANTEAG, 2002).

No sentido de fomentar e apoiar empreendimentos dessa natureza, se constituem, nas Universidades, várias iniciativas de incubação e assessorias para a promoção de condições de auto-suficiência e empoderamento de grupos sociais organizados para a geração de trabalho e renda para que atinjam a autogestão. Um exemplo é o projeto de extensão Suporte, composto por alunos e professores do Curso de Administração da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal/UNESP.

Contudo, mesmo com a existência desse apoio, a questão da Saúde e Segurança no trabalho ainda não é, de antemão, algo resolvido nos empreendimentos que se pretendem constituir a partir dos princípios da Economia Solidária. Ao contrário disto, trata-se de uma questão que merece atenção e problematização, visto que, guardadas as especificidades, seja no contexto dos empregos formais, seja naqueles empreendimentos onde não há a figura do patrão, enfrentam-se condições que comprometem a garantia da saúde dos trabalhadores.



# 8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

Portanto, destaca-se a necessidade de busca pela solidificação de conhecimentos que possam colaborar para a diminuição dos riscos à integridade física do trabalhador, como o uso correto e constante de equipamentos de proteção individual (EPI's), responsáveis por aumentar a segurança do trabalhador ao lidar com ferramentas e máquinas que apresentam perigos durante seus afazeres cotidianos.

Os EPI's, conforme disposto em lei (NR6), devem ser gratuita e obrigatoriamente fornecidos aos empregados pela empresa, em perfeitas condições de uso, sendo de responsabilidade do funcionário a sua guarda e manutenção. Assim, nos empreendimentos autogeridos, os próprios trabalhadores deveriam se responsabilizar pela aquisição e garantia de uso dos mesmos.

Contudo, estudos indicam que, ainda que reconheçam a importância do uso destes equipamentos, muitos trabalhadores deixam de usá-los, alegando desconforto ou incomodo, ou até mesmo a diminuição da produtividade (DOBROVOLSKI, 2008). Questiona-se, portanto, quais elementos poderiam contribuir para a mudança dessa postura, especialmente naqueles contextos de trabalho em que o ritmo de produção pode ser ditado pelo próprio trabalhador.

Muitas destas alegações para o não uso dos EPI's, segundo Dejours (2002), mascaram um motivo maior, oriundo de algum receio particular de cada trabalhador, mas que acaba se tornando comum a todo o grupo. Isto caracteriza um mecanismo de defesa coletiva, que é uma forma encontrada para a garantia de um maior sentimento de segurança frente ao coletivo e de negação da angústia que é desperta no desempenho do próprio trabalho.

Diante do apresentado, questiona-se como a questão da saúde e segurança no trabalho comparece no cotidiano de uma associação de reciclagem, apoiada por um Projeto de Extensão Universitária, com vistas à garantia da auto-suficiência e autogestão do grupo. Questão esta que buscamos responder ao longo desse artigo que se encontra dividido em: objetivos; trajetória metodológica; breve explanação sobre a associação e sua dinâmica; apresentação e análise dos principais resultados encontrados e considerações finais.

## **2 Objetivo**

Este trabalho objetiva analisar a questão da saúde e segurança no trabalho no cotidiano de uma associação de separação e comercialização de lixo reciclável do município de Jaboticabal-SP.

## **3 Trajetória Metodológica**

Adotou-se uma abordagem qualitativa, dentro dos pressupostos da pesquisa ação (Vergara, 2007). Nessa perspectiva, tem-se como preocupação central compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos e o processo de construção dos mesmos. Os dados foram coletados através de reuniões semanais com o grupo que ocorreram ao longo de um ano. Nesses encontros foram realizadas dinâmicas com os associados, visando a promoção de um espaço de expressão e reflexão. As observações foram sistematicamente organizadas e registradas em diário de campo. Os dados foram analisados através do método de análise de conteúdos (BARDIN, 1977).



# 8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

## **4 Resultados**

Este item apresenta a análise da trajetória e desenvolvimento da associação de reciclagem, na tentativa de compreendê-la enquanto processo, no qual vários agentes e fatores participam continuamente, enfatizando-se a questão da saúde e segurança no cotidiano de trabalho desses sujeitos.

### ***4.1 A associação em questão***

No ano de 2001 a gestão municipal em vigor decidiu reunir pessoas desprovidas de trabalho e renda para que, de forma coletiva, se dedicassem à separação e comercialização de materiais recicláveis na cidade de Jaboticabal. Esta ação encontrava-se incluída na Política Pública de incentivo à Economia Solidária. Contudo, nesse início, os trabalhadores possuíam um vínculo formalizado, recebendo um valor mensal fixo pela realização do trabalho, o que era entendido pelos mesmos como sendo um salário. Ainda que, em tese, esta iniciativa estivesse alocada na agenda da Economia Solidária no município, e tendo sido formalizada uma cooperativa, não se trabalhou de forma eficaz o empoderamento desses sujeitos, com vistas à autogestão e auto-suficiência. Assim, frente à mudança de governo, com as novas eleições municipais, o desconhecimento dos procedimentos formais e legais para a manutenção de uma cooperativa, por parte dos seus trabalhadores, fez com que a mesma chegasse a uma condição de ilegalidade.

O abandono do Poder Público Municipal motivou o grupo a procurar interlocutores e formas de ajuda, entre elas a Universidade. Nesse processo o grupo mudou sua configuração jurídica para uma Associação, mesmo porque, naquele momento, o número de integrantes era inferior a 20. Desde então o projeto de Extensão Suporte, do Campus da UNESP vem apoiando o grupo em seus processos de gestão para que sejam autônomos e auto-suficientes.

No ano de 2009 a prefeitura propôs uma nova forma de intervenção, impondo ao grupo a inserção de um agente externo, indicado pela mesma, como requisito para a assinatura de um convênio entre as partes. Esse agente teria a função de acompanhar as contas, vendas e divisões realizadas na associação. Inicialmente houve certa resistência dos associados em relação a esta interferência. Contudo, com o tempo não só aceitaram a proposta e a atuação dessa pessoa, mas também lhe repassaram algumas responsabilidades que antes entendiam ser do próprio grupo.

### ***4.1 Os associados e a relação com o seu espaço de trabalho***

O aterro é localizado no distrito rural de Jaboticabal. Para chegar ao local de trabalho, os associados necessitam do uso de ônibus rural, visto que não possuem, com exceção de um, meios de locomoção próprios. De forma geral, os trabalhadores possuem pouca escolaridade e, mesmo aqueles que apresentam uma maior escolarização e experiências profissionais em outras áreas encontraram dificuldades de permanência no mercado formal, o que foi um dos motivadores para o trabalho na associação.

Uma mudança significativa ao longo da trajetória da associação é o cuidado que os mesmos dispensam com a manutenção e limpeza do local. Ao longo de vários anos, havia um grande apreço pelas dependências físicas, o que fazia inclusive com que mantivessem a prática de retirar os sapatos para a entrada e uso do prédio coletivo. Hoje, mesmo esse lugar, é pouco



# 8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

limpo e cuidado. Essa mudança na relação que estabelecem com o espaço foi concomitante às mudanças impostas pela prefeitura, conforme acima descrito, que interferiram diretamente na gestão do grupo. Até então funcionavam autogestionariamente, mas com a inserção do agente externo, observou-se também uma maior centralização das decisões em alguns membros da associação. Entende-se que ao não se apropriarem da gestão do empreendimento, este também passa a lhes ser algo mais externo, frente ao qual, não precisam se responsabilizar. Na medida em que se repõe a divisão entre trabalho pensado e executado (modelo da fábrica), não há mais o reconhecimento no produto do próprio trabalho, bem como a apropriação do espaço enquanto coletivo (MARX, 1894).

Contudo, essa relação estabelecida com o espaço faz com que convivam em situações de alta insalubridade, fator atrativo de vetores a várias doenças. É comum, ao se visitar o aterro, se deparar com a presença de insetos da Ordem Díptera, além de outros animais peçonhentos e transmissores de doenças.

Entende-se, assim, que promoção da autogestão, conforme preconizada pela ANTEAG (2002) está intimamente ligada com a promoção de saúde junto a esse grupo, visto que os comportamentos de auto-cuidado se dão quando o sujeito se sente capaz de cuidar de si, produzir e transformar aquilo que vive.

## ***4.2 O reconhecimento do risco e o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's)***

Além destes fatores, os associados se deparam cotidianamente com diversas situações de risco, variando desde o contato insalubre com o material recolhido até o manuseio de máquinas e equipamentos que exigem o uso de ferramentas especiais e EPI's (Equipamentos de Proteção individual), muitas vezes ignorados pelos associados.

Os associados não têm conhecimento acerca de todos os EPI's necessários. Além disso, o seu uso implica, grande parte das vezes, em custos, visto que devem ser adquiridos pela própria associação. Contudo, constata-se uma resistência ao uso dos equipamentos que vão para além da questão financeira e/ou desconhecimento. Justificam, por exemplo, o não uso pela ausência de necessidade dos mesmos, na medida em que não reconhecem o trabalho que desempenham como perigoso.

Pode-se compreender essa resistência do grupo como um todo ao uso dos EPI's, que passa pelo não reconhecimento dos riscos apresentados pelo próprio trabalho, como uma estratégia coletiva, conforme apresentado por Dejours (1993). O autor constata situação semelhante ao tomar como foco de análise o sub-proletariado francês. Trata-se de uma defesa coletiva, uma verdadeira negação da angústia desperta pelo trabalho e pelo risco eminente a que estão expostos no desempenho de suas tarefas. Assim, reproduzem-se no cotidiano de trabalho desse grupo, vivências frequentemente constatadas na configuração das fábricas capitalistas. Isso se dá especialmente quando a condição da autogestão do grupo está mais enfraquecida.

Ressalta-se que ao lançarem mão, com tanta intensidade, de estratégias coletivas de defesa, conforme acima apresentado, o grupo deixa de se proteger, seja através do uso dos EPI's necessários, seja através da adoção de condutas mais seguras no trabalho.

Vale ressaltar, também, as considerações de Dejours (2002), quando salienta que se as necessidades básicas do trabalhador não são supridas, estando submetido às condições



# 8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

precárias, a questão da sobrevivência acaba por ganhar supremacia em detrimento, por exemplo, da preocupação com a saúde no trabalho. Tal análise vai ao encontro de falas comuns, entre os associados, quando questionados acerca do não uso dos EPI's. Alegam que há pressa para se realizar as tarefas, o que seria incompatível com o uso de EPI's em virtude do tempo que isso, em suas percepções, demanda. Assim, o tempo que estivessem preocupados em usar corretamente os EPI's não resultaria em produção e renda. Além disso, entendem que o uso, de alguns desses equipamentos, diminui a produção porque não conseguem desempenhar as tarefas com a mesma agilidade do que quando estão sem eles.

Tem-se, portanto que, ao encontrar dificuldades em adaptar o seu trabalho às suas necessidades físicas e psicológicas, o trabalhador busca desesperadamente um caminho para assegurar uma realidade que seja a mais próxima possível daquela desejada, ainda que esta não corresponda àquilo que enfrenta cotidianamente. Assim, “deixa de se preocupar” com outros fatores que também merecem atenção, apesar de não serem classificados à primeira vista como primordiais, enquanto um mecanismo de defesa frente à frustração e ao medo. Assim, os próprios processos de adoecimento deixam de ser reconhecidos pelo sujeito, visto que a coletividade significa como sinal de fraqueza e/ou pouca vontade de trabalhar. Como é comum entre os associados, quando a necessidade de cuidado frente à doença é reconhecida, já se trata de um caso bastante grave. Esse descuido pode ser perigoso, pois acaba dando brecha para que uma patologia se instaure de forma a comprometer grave e permanentemente a saúde desses trabalhadores (DEJOURS,1993).

### ***4.3 O abuso do álcool e os seus sentidos no cotidiano do trabalho***

Não bastando os perigos inerentes às atividades que realizam, os riscos se acentuam na medida em que alguns as desempenham sobre o efeito de álcool.

Segundo vários estudos sobre o assunto, o uso de bebidas alcoólicas se dá, na maioria das vezes, pela angústia em que o usuário se encontra, decorrente de alguma situação pessoal (RIBEIRO, 2005).

No caso da associação estudada, podemos entender que o seu uso também decorre da vivência de uma angústia, contudo de ordem da relação que estabelecem com o trabalho. Relação esta que constitui o processo de saúde e doença vivenciado pelos trabalhadores (ABRAMIDES; CABRAL, 2003 ). Em conversas com os associados, depara-se com afirmações de que se trabalha melhor sob efeito de álcool. Este melhor faz referência tanto à facilidade no desempenho das tarefas (mais fácil encará-las), quanto de produtividade. Contudo, quando questionados, negam-se a reconhecer o trabalho que desempenham como algo que possa ser penoso. Assim, partindo das compreensões de Dejours (1996), pode-se entender o próprio uso da bebida como uma estratégia coletiva de defesa. Fala-se também de um processo de adoecimento que não pode ser reconhecido entre os trabalhadores, na medida em que colabora na manutenção da reprodução do trabalho dentro de determinadas configurações. Como afirma Dejours (2002):

A erosão da vida mental individual dos trabalhadores é útil para a implantação de um comportamento condicionado favorável a



produção. O sofrimento mental aparece como intermediário necessário à submissão do corpo (p. 63).

Salienta-se em que, com a maior centralização das decisões, também a condição de problematização, junto ao grupo, das estratégias que utilizam no enfrentamento das condições de trabalho cotidianas, bem como da construção coletiva de outras formas de superação se vê esvaziada. Isso porque ao se sentirem “menos senhores do seu trabalho”, também se sentem menos capazes de transformar aquilo que vivenciam.

#### **4.4 A saúde e segurança no trabalho**

Desde o ano de 2003, quando o Projeto de Extensão passou a acompanhar a associação, constataram-se vários acidentes de diferentes gravidades. Observaram-se desde acidentes pequenos, como cortes e ferimentos leves, até outros mais sérios como ferimentos com seringas, ferimento de pé com motosserra, ferimento de dedos da mão em engrenagem de máquina. Contudo, sempre atribuem as causas do acidente ao descuido do próprio sujeito, não indicando risco, que não possa ser evitado, no desempenho da atividade em si. Assim, observa-se um processo de culpabilização do sujeito acidentado (VELLOSO, 1998) Fica-se com a fantasia onipotente de que se encontram capazes de se protegerem de qualquer risco.

A negação da possibilidade de acidentes é tão intensa que não dispõem, ao menos, de materiais de primeiros socorros.

Outro fator importante está ligado à influência do grupo. Quando um novo associado é integrado à equipe, ele é submetido a um verdadeiro "teste" para ser aceito enquanto integrante legítimo, o que implica na incorporação da cultura do grupo, como por exemplo, o não uso de instrumentos de segurança. Dejours (2002) ainda afirma em seus estudos que "As atitudes de negação e de desprezo pelo perigo são uma simples inversão da afirmação relativa ao risco" (DEJOURS, 2002, p. 70). Isso significa que, o fato de não usarem proteção adequada não é causa dos conceitos de certo ou errado do grupo, apenas, pois o medo vive constantemente com o trabalhador, mas os mecanismos de defesa deste próprio acabam mascarando o sentimento, que raramente se revela de forma aberta.

Esses medos contidos proporcionam um desconforto aos trabalhadores, interferindo negativamente no bem estar de cada um, ao trazer incômodos e preocupações com o próprio trabalho, que poderiam ser elaboradas quando há a aceitação do sentimento, o que transmutaria a angustia do medo ilusório em uma precaução para o medo real.

#### **5 Conclusões Finais**

A análise da questão da saúde e segurança, no cotidiano de trabalho dos referidos associados, aponta para a relação íntima entre a gestão do empreendimento e a promoção da saúde. Isso porque, indica-se que a fragilização da autogestão do grupo colaborou para a precarização das condições de saúde do mesmo. A menor apropriação do próprio trabalho refletiu-se negativamente na relação estabelecida com o espaço físico, antes cuidado com apreço, mesmo porque o grupo sentia que este lhe era próprio; menor responsabilização por procedimentos de auto-cuidado e busca por ações mais seguras; menor sentimento de responsabilização pelo próprio trabalho.



# 8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

O trabalho aparece enquanto algo penoso, mas que, contudo não pode ser reconhecido dessa forma. Assim, lança-se mão de estratégias coletivas de defesa, que contribuem para o aumento do risco, aos quais, os trabalhadores estão expostos, na medida em que se expressam, por exemplo, no não uso dos EPI's, bem como do uso indevido do álcool.

Na medida em que os espaços coletivos de reflexão foram esvaziados, também se minoraram as condições de problematização, junto ao grupo, das estratégias utilizadas no enfrentamento das angústias próprias da relação com o seu trabalho, bem como de construção coletiva de outras formas de enfrentamento.

Assim, a questão da promoção de saúde junto a este grupo, passa pelo resgate da autogestão e de outra relação com o Poder Público Municipal.

## 6 Referências Bibliográficas

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. In. *Perspectiva.*, São Paulo, v. 17, n.1, 1-10, 2003.

ANTEAG. *Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia*. Vols. 2. São Paulo: ANTEAG, 2005.

BOCK, A.M. *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Saúde Mental e Economia Solidária: Inclusão Social pelo Trabalho*. Ministério da Saúde: Brasília, 2005.

BRASIL. *POLÍTICA Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador* Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/insumos\\_portaria\\_interministerial\\_800.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/insumos_portaria_interministerial_800.pdf)>. Acesso em: 29 dez. 2004.

CAMPOS, V. R. *Informativo educativo do consultório do Dr. Valdir Ribeiro Campos*. n.º 19. Belo Horizonte. 09 maio 2005.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

DEWEY, John. *The public and its problems*. 3. ed. New York: H. Holt And Company, 1927. 224 p.

FILHO, M. J. J. ; GARCIA G. E. ; ALMEIDA, M. I. A Saúde do Trabalhador como problema público ou a ausência do Estado como projeto - *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, 32 (115): 4-6, 2007.

GOMEZ, C. M.; LACAZ, F. A. C. Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. In. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 797-807, 2005. p. 797.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999. p.141-156.

OBROVOLSKI, M.; WITKOWSKI, V; ATAMANCZUK, M. J. *Segurança no trabalho: uso de EPI*. Disponível em: <[http://www.4eetcg.uepg.br/oral/56\\_2.pdf](http://www.4eetcg.uepg.br/oral/56_2.pdf)>. Acesso em: 29 ago. 2008.

SILVA, R. C. *Metodologias Participativas para Trabalhos de Promoção de Saúde e Cidadania*. São Paulo: Vetor, 2002.

VELLOSO, M.P; VALADARES, J. C.; SANTOS, E. M. A coleta de lixo domiciliar na cidade do Rio de Janeiro: um estudo de caso baseado na percepção do trabalhador. In. *Ciência saúde coletiva.*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, 1998.

WOODING, J.; LEVENSTEIN, C. *The point of production: Work environment in advanced industrial societies*. New York: The Guilford Press, 1999.